

MEMORANDO INTERNO N° 117/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Pedido de cancelamento – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP - ARP N° 60/2023

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP, sobre o pedido de cancelamento do **ITEM 136 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M.** Informo que o ultimo volume do processo de licitação já se encontra neste departamento jurídico.

Após, à Diretoria Executiva para decisão final.

Atenciosamente,

Presidente Prudente, 25 de setembro de 2023.

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Enviado em:

Para:

Assunto:

Anexos:

Farmacia - Cirulabor <farmacia@cirulabor.com.br>
sexta-feira, 22 de setembro de 2023 12:08
licitacaoamor@ciop.sp.gov.br
SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ITEM
CANCELAMENTO DE ITEM .pdf; doc união.pdf

Boa tarde segue solicitação de cancelamento de item em ata por motivo de descontinuidade no mercado/fornecedor. Duvidas... fico a disposição.



LETÍCIA
COELHO
FARMACEUTICA

CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS

Cirulabor Produtos Cirurgicos
CNPJ 07.000.000/0001-01

XL Fone: (16) 3333-4899

☎ WhatsApp: (16) 99789-6654

CPF: 07.418-58



(18) 3222-4399

CIRULABOR PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA

Produtos Médicos - Hospitalares - Odontológicos - Medicamentos

cirulabor@cirulabor.com.br

ADLUN

BD

BIOFRAI

...

...

...

FACE REPORT

...

...

...

CNPJ 47.063.094/0001-01

Inscrição Estadual 582.054.368.112

Inscrição Municipal 23432

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) GESTOR(A) DA CIOP

EMPENHO / AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS:

REFERENTE AO PREGAO: 12/2023

A empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA - EPP** no CNPJ nº47.063.094/0001-01, estabelecida na Rua José Teodoro nº 126, Vila Euclides, Presidente Prudente/SP, CEP 19014-220, Telefone (18) 3222-4399, por seu subscritor, vem, com o devido respeito, a presença de Vossa Senhoria, Requerer o **CANCELAMENTO DO ITEM**, do processo em epígrafe, pelas razões que segue.

Atualmente, o produto solicitado

***DIMENIDRATO+PIROXIDINA 50MG+50MG- AMPOLA 1ML (NAUSICALM)**

Está em falta no mercado/fornecedores pois foi descontinuado pelo fabricante. Assim, considerando a superveniência de circunstância excepcional, não resta uma alternativa senão suplicar pelo Cancelamento do item em ATA, de modo que se torna impossível o fornecimento do mesmo.

Pede-se e aguarda deferimento.

Presidente Prudente - SP, 22 de setembro de 2023.

CLOVIS JOSE DA
SILVA:0456409181

6

Assinado de forma digital por
CLOVIS JOSE DA
SILVA:0456409181E
Data: 2023.09.22 11:50:37
+03'00'

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ref.: Medicamento NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina) – Solução Oral e Solução Injetável

Prezados (as),

A empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A** vem, por seu Representante Legal abaixo assinado, declarar que descontinuou a fabricação de seu medicamento **NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina)**, nas formas farmacêuticas **Solução Oral e Solução Injetável**.

A empresa enfatiza que os lotes do medicamento disponíveis no mercado poderão ser comercializados normalmente, pois não há nenhuma restrição quanto à sua qualidade e segurança, ou necessidade de recolhimento de lotes. Reforçamos que todos os lotes foram fabricados quando o registro do produto ainda estava válido junto ao Órgão Regulador.

O cancelamento do registro do medicamento, para ambas as formas farmacêuticas, foi publicado no D.O.U em 06/02/2023.

A empresa permanece à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,


PAULA ALINE TOMAZ DIAS
38553225-4895102

Paula Aline Tomaz Dias

Representante Legal, Gerente de Assuntos Regulatórios

União Química Farmacêutica Nacional S/A

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ref.: Medicamento NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina) – Solução Oral e Solução Injetável

Prezados (as),

A empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A** vem, por seu Representante Legal abaixo assinado, declarar que descontinuou a fabricação de seu medicamento **NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina)**, nas formas farmacêuticas **Solução Oral e Solução Injetável**.

A empresa enfatiza que os lotes do medicamento disponíveis no mercado poderão ser comercializados normalmente, pois não há nenhuma restrição quanto à sua qualidade e segurança, ou necessidade de recolhimento de lotes. Reforçamos que todos os lotes foram fabricados quando o registro do produto ainda estava válido junto ao Órgão Regulador.

O cancelamento do registro do medicamento, para ambas as formas farmacêuticas, foi publicado no D.O.U em 06/02/2023.

A empresa permanece à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

PAULA ALINE
TOMAZ
0343-02084581185

Paula Aline Tomaz Dias

Representante Legal, Gerente de Assuntos Regulatórios

União Química Farmacêutica Nacional S/A



Ref.: Medicamento NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina) – Solução Oral e Solução Injetável

Prezados (as),

A empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A**, vem, por seu Representante Legal abaixo assinado, declarar que descontinuou a fabricação de seu medicamento **NAUSICALM B6** (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina), nas formas farmacêuticas **Solução Oral e Solução Injetável**.

A empresa enfatiza que os lotes do medicamento disponíveis no mercado poderão ser comercializados normalmente, pois não há nenhuma restrição quanto à sua qualidade e segurança, ou necessidade do recolhimento de lotes. Reforçamos que todos os lotes foram fabricados quando o registro do produto ainda estava válido junto ao Órgão Regulador.

O cancelamento do registro do medicamento, para ambas as formas farmacêuticas, foi publicado no D.O.U em 06/02/2023.

A empresa permanece à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Paula Aline Tomaz Dias

Representante Legal, Gerente de Assuntos Regulatórios

União Química Farmacêutica Nacional S/A

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ref.: Medicamento NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina) – Solução Oral e Solução injetável

Prezados (as),

A empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A**, vem, por seu Representante Legal abaixo assinado, declarar que descontinuou a fabricação de seu medicamento **NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina)**, nas formas farmacêuticas **Solução Oral e Solução Injetável**.

A empresa enfatiza que os lotes do medicamento disponíveis no mercado poderão ser comercializados normalmente, pois não há nenhuma restrição quanto à sua qualidade e segurança, ou necessidade de recolhimento de lotes. Reforçamos que todos os lotes foram fabricados quando o registro do produto ainda estava válido junto ao Órgão Regulador.

O cancelamento do registro do medicamento, para ambas as formas farmacêuticas, foi publicado no D.O.U em 06/02/2023.

A empresa permanece à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

PAULA ALINE
TOMAZ
DE ALMEIDA
DAS NEVES

Paula Aline Tomaz Dias

Representante Legal, Gerente de Assuntos Regulatórios

União Química Farmacêutica Nacional S/A



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 136 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M.

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de cancelamento referente ao **ITEM 136 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M.**, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP**, registrados na ata do **Pregão Eletrônico nº 12/2023** sob a justificativa de que ocorreu um desabastecimento do medicamento junto ao seu fornecedor.

Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

Teceremos, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do cancelamento do item nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

A empresa peticionante, em documento juntado aos autos solicita o cancelamento do item supra que logrou vencedora na licitação em epígrafe, argumentando que houve um desabastecimento do item junto ao seu fornecedor.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar alguns importantes princípios aplicáveis ao presente caso, quais sejam, o Princípio da Supremacia do Interesse Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade e Princípio da Eficiência.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

O primeiro diz respeito à superioridade do interesse público sobre o particular e que todas as ações do Estado devem ter como objetivo alcançar tal necessidade, pois os interesses da coletividade devem sobressair em relação aos individuais. Por esta razão Marcos Bittencourt afirma que *"o princípio da supremacia de interesse público atribui um status especial ao Estado frente ao particular"*.

Quanto à Legalidade, princípio constitucional expressamente previsto no art. 37 da Carta Maior, em decorrência do Estado de Direito, a observância do disposto em lei é obrigatória à Administração Pública, e, neste sentido, ensina Flávia Bahia que *"quanto ao administrador, deverá ser adotado o princípio da legalidade em sentido estrito, pois só é possível fazer o que a lei autoriza ou determina"*. Especificamente em relação às licitações, o Princípio da Legalidade traduz-se no Princípio da Estrita Observância Editalícia, segundo o qual todo o processo licitatório deve guardar estrita observância ao edital.

Já a impessoalidade consiste na ideia de que a atuação pública não pode ter como objetivo beneficiar ou prejudicar ninguém em especial, ou seja, sem discriminações, não devendo ter como mote o indivíduo que será atingido pelo ato administrativo. Segundo Matheus Carvalho *"o princípio da impessoalidade reflete a necessidade de uma atuação que não discrimina as pessoas, seja para benefício ou para prejuízo"*.

O último princípio, qual seja, o da Eficiência, também constitucionalmente expresso, imputa ao Estado a obrigação de produzir bem, com qualidade e com menos gastos, atuando com presteza e objetivando sempre o melhor resultado prático com o menor custo e o menor desperdício.

No instituto da licitação pública verifica-se a aplicação, dentre outros, destes quatro princípios supra destacados, visto que, pela legalidade, a Administração deve ater-se às normas estabelecidas no ordenamento jurídico, previstas nas leis que tratam sobre licitação, em especial o pregão, que, em nome da supremacia do interesse público, determinam como a Administração deverá contratar com os particulares para adquirir bens e serviços, sempre garantindo a impessoalidade na escolha do licitante, realizada através de critérios objetivos previstos na lei e no edital, alcançando, assim, a eficiência.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Sobre o tema, Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que:

A licitação é um procedimento integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual. Por parte da Administração, o edital ou convite, o recebimento das propostas, a habilitação, a classificação, a adjudicação, além de outros atos intermediários ou posteriores, como o julgamento de recursos interpostos pelos interessados, a revogação, a anulação, os projetos, as publicações, anúncios, atas etc. Por parte do particular, a retirada do edital, a proposta, a desistência, a prestação de garantia, a apresentação de recursos, as impugnações.

Observa-se que, dentre os atos de responsabilidade do licitante está o da elaboração da proposta, que é o documento que a empresa elabora e apresenta ao órgão para oferecer seu preço pelo produto ou serviço objeto da licitação. A proposta de preço deve ser elaborada de acordo com o edital, levando em conta o objeto da licitação. Além do preço do produto ou serviço, a proposta deve conter o descritivo do objeto e comprovar que a empresa tem condições de atender a todas as características solicitadas no edital.

Importante pontuar que o Sistema de Registro de Preço é um processo licitatório em que aqueles interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público, em Ata, pactuam a manutenção dos valores registrados no órgão competente, corrigidos ou não, por um determinado período, e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo estabelecido.

Faz-se necessário apontar que a Ata de Registro de Preço somente traz obrigações de forma unilateral ao vencedor da licitação, o qual se obriga fornecer ou prestar serviço da ata para a Administração, de acordo com a especificação de sua proposta e com o preço apresentado por ocasião do certame, pelo **prazo registrado, podendo chegar a um ano**.

Deste modo, o registro que vinculará as partes nos moldes que se darão as contratações, sendo este o objeto principal da relação aferida no processo

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

2580



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

licitatório; o estabelecimento do valor e quantidade que a Administração Pública poderá adquirir no período de vigência da ata.

Desta forma, o cancelamento de itens, nos moldes ora pleiteados, somente poderá ser realizado de forma excepcional e se daria através da comprovação da ocorrência de: a) fato do príncipe; b) fato da Administração; c) fato superveniente imprevisível; ou, d) fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

Entretanto, está sedimentando-se o entendimento da inaplicabilidade da teoria da Imprevisão para o cancelamento de itens da ata, não sendo possível a alteração enquanto vigente aquela.

Assim o desabastecimento sazonal de medicamento no mercado é um dos fatos a ser considerado no momento em que realiza a proposta no certame, vez que este faz parte dos riscos assumidos pela empresa.

Conjugando o suso exposto, as empresas participantes do processo licitatório não podem alegar o desconhecimento ou a imprevisibilidade da situação eis que o certame ocorreu quando já instituído o cenário de crise. Por tal razão, para ser possível o cancelamento do item, ter-se-ia que verificar fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica após a sua realização e a sua comprovação por meio documental de forma contundente.

Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da Imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário Jurídico. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

Trata-se de um risco intrínseco ao negócio a dificuldade do licitante em obter o produto a ser fornecido, relação jurídica da qual a Administração não faz parte, mas sim o licitante.

Portanto não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do cancelamento do item da empresa solicitante, não havendo real motivo para que o argumento apresentado pela empresa prospere, uma vez que foram acostadas apenas cópias de e-mails de seu fornecedor, sendo que esta não tem o condão de afastar a obrigatoriedade da entrega de outras provas, **até porque em pesquisa no CMED verifica-se outras marcas.**

De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisível, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame não fornecer o item em apreço.

Neste ponto se faz necessário destacar um fato alarmante:

- A presente ata (ARP 60/2023) fora assinada no dia 08/05/2023;
- Entretanto, desde o dia 28/02/2023 o licitante já tinha conhecimento de que o fabricante havia descontinuado a produção do medicamento, haja vista ter juntado aos presentes autos cópia de comunicação recebida do fabricante, na citada data, informando a descontinuidade.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Veja:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**

9.5. Nada mais havendo a ser declarada, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelas partes.

Presidente Prudente, 08 de maio de 2023.

**MARIA HELOISA
DA SILVA CUVÓLO**
Assinado de forma digital por
MARIA HELOISA DA SILVA
CUVÓLO
Dados: 2023.05.15 11:33:58
+03'00'
Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva

CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP
do CNPJ nº 47.063.094/0001-01
CLÓVIS JOSÉ DA SILVA
RG nº 18.233.673-6 SSP/SP e CPF nº 045.640.918-16
Representante

Testes

**MARCEL DOS
SANTOS
CARDOSO:32992593
850**
Assinado de forma digital
por MARCEL DOS SANTOS
CARDOSO:32992593850
Dados: 2023.05.15
11:36:29 -03'00'
1) **Marcel dos Santos Cardoso**
CPF nº 329.925.938-50

**ANDRESSA VIEIRA
GOMES DA
SILVA:41675579830**
Assinado de forma digital por
ANDRESSA VIEIRA GOMES DA
SILVA:41675579830
Dados: 2023.05.15 11:40:10 -03'00'
2) **Andressa Vieira Gomes da Silva**
CPF nº 416.755.798-30

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



2586

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

União Química
farmacêutica Nacional S/A

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ref.: Medicamento NAUSICALM B6 (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina) – Solução Oral e Solução Injetável

Prozados (as),

A empresa **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A**, vem, por seu Representante Legal abaixo assinado, declarar que descontinuou a fabricação de seu medicamento **NAUSICALM B6** (dimenidrinato + cloridrato de piridoxina), nas formas farmacêuticas Solução Oral e Solução Injetável.

Desta forma, observa-se a Inegável MÁ-FÉ do fornecedor AGINDO DE FORMA CONSCIENTE, DOLOSA E DELIBERADA PARA FINS IMPRÓPRIOS, estando sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Salienta-se que, de acordo com a Lei 8429/92, parágrafo único do art. 2º, a pessoa jurídica que celebra contrato com a Administração Pública sujeita-se às sanções por prática de **ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**, e, assim, caso o Gestor Público em questão entenda haver indícios do cometimento de ato de improbidade administrativa, nos termos da referida lei, far-se-á necessário encaminhar ofício ao Ministério Público Estadual, com o fim de realizar-se a devida apuração.

Igualmente, considerando-se o disposto no Capítulo II-B do Título XI do DL 2848/1940, em seus artigos 337-E e seguintes, caso o Gestor Público entenda por haver indícios do cometimento de **CRIME EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**, far-se-á necessário encaminhar ofício ao Ministério Público Estadual, com o fim de realizar-se a devida apuração.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

[Handwritten signature]



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Ademais, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO TAMBÉM SE ESTÁ, O LICITANTE, SUJEITO A PUNIÇÃO, instando salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, *verbis*:

"VIII – SANÇÕES

8.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o CIOP pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante, poderá ser punida com Advertência;

8.2. A execução irregular do contrato também poderá causar multa, prevista na forma do item 8.3 e 8.4, nas hipóteses de mora e inexecução do contrato.

8.3. Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.4. Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.5. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 8.1.

8.6 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 8.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

8.7 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

8.8.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

8.9 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.10 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado pela prefeitura participante, com o envio do pedido de entrega.

8.11 As decisões sobre as sanções administrativas serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do CIOP.

8.11.1 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

8.11.2 Não encontrada a empresa apurada no endereço constante em seu cadastro de CNPJ no sítio eletrônico da Receita Federal para notificação por carta e nem via correio eletrônico, sua intimação se será pelo Diário Oficial Eletrônico do CIOP, bem como pelo Diário Oficial do Estado, sendo considerada intimada após a publicação, para todos os efeitos legais."

Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa licitante, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública, 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar*



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração".

Por consequência, não tendo a empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa solicitante sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo indeferimento do pedido de cancelamento do item em que a empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP** sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.


II – A análise, por parte do Gesto Público, da hipótese de cometimento de infração administrativa, civil ou penal, por parte do licitante, adotando-se as medidas cabíveis, se for o caso.

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 16 de outubro de 2023.


Sérgio Ricardo Stuani
Diretor Jurídico


Elton Rodrigo de Castro Garcez
Assistente Jurídico


Julio Cesar Gratton Pagnosi
Assistente Jurídico

MEMORANDO INTERNO Nº 126/2023

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Executiva

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP - ARP Nº 60/2023.

Após solicitação de cancelamento, às fls. 2.552/2.558, sobre o **ITEM 136 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M.**, encaminho o Parecer Jurídico às fls. 2.580/2.589, que opinou pelo indeferimento do pedido.

Presidente Prudente, 18 de outubro de 2023.



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Pedido de cancelamento de item – Pregão Eletrônico – SRP – nº 12/2023

Interessado: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP - ARP Nº 60/2023

Trata-se de solicitação de cancelamento do **ITEM 136 – DIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M.**, registrado na Ata de Registro de Preços nº 60/2023, alegando, em síntese, que ocorreu o desabastecimento junto ao seu fornecedor.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico de fls. 2.580/2.589, e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação realizada pela empresa **CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP**, CNPJ Nº **47.063.094/0001-01**, ARP Nº **60/2023**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 18 de outubro de 2023.



Maria Heloisa da Silva Cuvolo
Diretora Executiva - CIOP



CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

IMPrensa Oficial

Licitação

DESPACHO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Despacho da Diretoria Executiva. Assunto: solicitação de cancelamento. Pregão Eletrônico nº 12/2023. Interessada: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA EPP - CNPJ Nº 47.063.094/0001-01, ARP Nº 60/2023. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de cancelamento do ITEM 136 - CIMENIDRATO + PIRIDOXINA 50 MG + 50 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL I.M. conforme fundamento acostado nos autos. Maria Heloisa da Silva Cuvilo - Diretora Executiva do CIOP, Presidente Prudente, 18 de outubro de 2023.

